



## **ANEXO XX - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS N.º XX/XXXX**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**, decorrente do ....(tipo de licitação/contratação direta)... n.º XXX/XXXX, Procedimento n.º xxxx, regendo-se pela Lei n.º 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.ºs 13.706/2011 e 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo termo de referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, mediante sistema informatizado



web, para fornecimento de bens sob demanda, ao CONTRATANTE, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

1.1.1 Os bens que poderão ser adquiridos por intermédio do serviço estão definidos no ANEXO I – Relação da Cesta Inicial de bens.

1.1.2 Os endereços das Unidades do CONTRATANTE a serem atendidas, constam do ANEXO II – Relação de Unidades.

1.1.3 A relação de bens poderá ser modificada, de acordo com as regras deste instrumento, ao longo da execução contratual, de modo a melhor espelhar as necessidades a serem supridas.

**1.2** Os endereços de entrega direta dos bens, em regime de porta a porta, constam do Anexo II do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

As especificações e características dos serviços encontram-se descritas no item 4 do termo de referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1** O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX,XX, sendo subdividido nos seguintes tópicos da tabela abaixo colacionada:



Lote/ Item	Descrição	Valor total estimado da Cesta Inicial de bens em R\$ (A)	Taxa de ajuste em %	Valor total estimado da aplicação da Taxa de ajuste sobre a Cesta Inicial de bens em R\$ (B)	Valor total da Taxa Fixa p /pedidos de valor inferior ao tíquete referencial em R\$ (C)	Valor total estimado d o contrato (A + B + C)
<b>1</b>	Serviço de outsourcing para operação d e almoxarifado virtual				6.000	

**3.2** O Valor Total Estimado do Contrato é igual a soma do “Valor estimado da Cesta Inicial de bens” + “Valor total estimado da aplicação da Taxa de Ajuste sobre a Cesta Inicial de bens” + “Valor Total da Taxa Fixa para pedidos de valor inferior ao tíquete referencial”.

**3.3** O Valor Total Estimado do Contrato consiste em uma previsão de demanda futura, a qual é incerta, e que não gera qualquer obrigação de consumo por parte do CONTRATANTE.

**3.4** Nos valores acima destacados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental, frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



## **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**4.1** A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei n.º 14.133 /2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

**4.2** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

**4.3** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**4.4** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

**4.5** Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**4.6** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

**4.7** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;  
e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**4.8** A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

**4.9** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

**4.10** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**4.11** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**4.12** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1 (um) mês, contados da data em que for notificada.

**4.13** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



**4.14** O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

**4.15** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

**4.16** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

**4.17** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**4.18** A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

**5.1** Será emitida Ordem de serviço e enviada à CONTRATADA, após o início da vigência do contrato, para determinar o início da prestação do serviço e a implementação do sistema, bem como outras informações pertinentes ao objeto.



5.1.1 Os bens serão entregues conforme as solicitações registradas e aprovadas na plataforma.

**5.2** A CONTRATADA deverá implantar o sistema proposto e aprovado na Prova de Conceito para o CONTRATANTE, em ambiente de produção, com todas as funcionalidades exigidas neste instrumento, em um prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da Ordem de Início, nos termos estabelecidos nos subitens do item 4.3.5 do termo de referência.

**5.3** Após a implantação do sistema, os pedidos de fornecimento de bens serão registrados pelos SOLICITANTES, até o dia 10 ou até o dia 25 de cada mês e deverão ser confirmados, pelos APROVADORES, até o dia 15 do mesmo mês, no primeiro caso, ou até o dia 30 do mesmo mês, no segundo caso;

5.3.1 Os pedidos de fornecimento de bens, aprovados até o dia 15, deverão ser entregues pela CONTRATADA até o dia 30 do mesmo mês e os pedidos aprovados até o dia 30, deverão ser entregues até o dia 15 do mês subsequente, de acordo com seguinte tabela:

Pedidos feitos até o dia:	Serão aprovados até o dia:	Deverão ser entregues até:
10 de cada mês	15 do mesmo mês	30 do mesmo mês
25 de cada mês	30 do mesmo mês	15 do mês subsequente

5.3.2 A contagem do prazo de entrega terá como fato gerador a data em que o pedido foi autorizado no sistema pelos APROVADORES, independentemente da data em que este foi realizado. A obrigação da empresa CONTRATADA começará no dia seguinte após a confirmação/aprovação.



5.3.3 A CONTRATADA observará, mesmo diante dos prazos estabelecidos, a distância, a urgência e a particularidade de cada Unidade para, sempre que possível, entregar em um prazo menor.

**5.4** A entrega dos bens se dará em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 12 horas às 19 horas, nos locais de entrega registrados no sistema.

5.4.1 Não haverá expediente nas dependências do MPRS no período compreendido pelo recesso, do dia 20/12 até o dia 06/01.

5.4.2 Entre 07/01 e 28/02, nas sextas-feiras, a entrega deverá ocorrer entre 8 e 15hs.

5.4.3 A entrega dos pedidos, no caso dos 3 (três) prédios do Ministério Público em Porto Alegre (localizados: a) Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, Bairro Praia de Bela, CEP 90050-190; b) Rua Andrade Neves, nº 106, Bairro Centro, CEP 90010-210; c) Rua Santana, nº 440, Bairro Santana, CEP 90040-371), será realizada direto na recepção do prédio e a distribuição será feita por funcionários do CONTRATANTE.

5.4.4 A entrega dos pedidos, nas demais Unidades, será na Secretaria-Geral;

5.4.5 Os pedidos devem ser separados por Unidade.

**5.5** O valor de tíquete referencial para pedido de bens por parte dos SOLICITANTES será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por Unidade.

5.5.1 Fica estabelecida a possibilidade de realizar solicitações cujo valor total seja inferior ao tíquete referencial de R\$ 400,00, desde que limitadas à quantidade de 100 pedidos por ano.





5.5.2 As solicitações realizadas com valores inferiores ao tíquete referencial de R\$ 400,00 serão remuneradas com o acréscimo de uma taxa de R\$ 30,00 (trinta reais) ao valor total do pedido. O cálculo será feito da seguinte forma: soma dos bens < R\$ 400,00 + taxa de ajuste + R\$ 30,00. Esta ocorrência será limitada a 100 pedidos por ano, resultando em um acréscimo máximo de até R\$ 3.000,00 por ano (100 x R\$ 30,00).

5.5.2.1 Nos casos dos 3 (três) prédios sedes do CONTRATANTE em Porto Alegre, em razão da quantidade de SOLICITANTES, será considerada a soma de todos os pedidos realizados nesses prédios para fins de apuração do valor total, até atingir o limite do tíquete referencial, conforme item 4.3.9.4 do termo de referência.

**5.6** Os pedidos considerados não perfeitos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.1 Entende-se por pedido não perfeito a ocorrência em que o bem recebido pela Unidade solicitante estiver em quantidade menor do que a solicitada, bem como quando for entregue bem divergente do solicitado em relação aos elementos descritos no subitem 4.3.10.13 do termo de referência, avariado ou com defeito.

5.6.2 Em caso de divergência ou falha na entrega, tanto o SOLICITANTE quanto o APROVADOR poderão registrar contestação no sistema da CONTRATADA, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data da entrega ou da data prevista para a entrega.

5.6.3 Serão considerados atestados todos os pedidos que não forem objeto de contestação, por parte do SOLICITANTE ou do APROVADOR, no prazo referido no subitem anterior.



5.6.4 A CONTRATADA terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data do registro do conteste no sistema, para promover a análise e apresentação de sua concordância ou não com os motivos que levaram ao conteste pelo SOLICITANTE ou APROVADOR.

5.6.5 Havendo concordância ou não manifestação da CONTRATADA no prazo estipulado no item anterior, inicia-se a contagem do prazo de entrega estabelecido no item 5.6.

5.6.6 Havendo decisão final por parte do CONTRATANTE, a contagem do prazo de entrega estabelecido no item 5.6 se inicia no dia útil seguinte à decisão.

5.6.7 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

5.6.8 Os custos envolvidos para a regularização deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.

**5.7** O CONTRATANTE poderá verificar, a qualquer momento, a qualidade dos bens disponibilizados pela CONTRATADA aos solicitantes, reservando-se a possibilidade de exigir comprovação do atendimento das especificações constantes deste ajuste e do termo de referência.

**5.8** Durante a execução do contrato, haverá solicitação de prova/amostra para bens personalizáveis (camiseta, colete, jaqueta, pasta branca com bolsa e toga), a serem entregues, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do CONTRATANTE.

5.8.1 O local de entrega de amostras e de provas é a Rua Leopoldo Fróes, nº 86, bairro Floresta, Porto Alegre/RS.



5.8.2 O CONTRATANTE terá 3 (três) dias úteis para avaliação do material.

5.8.3 Não sendo aprovado, devolução de bens se dará em até 15 dias úteis da comunicação da sua não aceitação. Caso não retirado, o bem será descartado.

**5.9** Os resultados da contratação serão aferidos por intermédio de critérios específicos, com a utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no ANEXO III deste termo de referência.

5.9.1 Não atingindo o resultado, haverá glosa dos valores, com base nas seguintes regras:

5.9.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) deixou de cumprir os prazos de entrega dos pedidos originais;
- b) entregou pedido original não perfeito;
- c) descumpriu prazos de entregas corretivas;
- d) entregou pedido corretivo não perfeito.

5.9.1.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os percentuais de glosa previstos no ANEXO III.

**5.10** Haverá recebimento dos serviços, mensalmente, conforme abaixo:

5.10.1 provisoriamente, pelo fiscal do contrato, na data da disponibilização pela CONTRATADA do relatório consolidado de pedidos de fornecimento de bens atestados



pelos solicitantes até o último dia útil do mês, constante do item 4.3.8.8.1 do termo de referência.

5.10.2 definitivamente, pelo GESTOR DO CONTRATO, no prazo de até 15 dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) analisar toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à CONTRATADA;

c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato.

**5.11** O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5.12** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme regulado no item 5.6, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



**5.13** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

**5.14** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.15** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**5.16** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA INSERÇÃO E DA EXCLUSÃO DE BENS**

**6.1** O CONTRATANTE poderá, com exclusividade, fazer a inclusão e exclusão de bens à cesta de bens.

6.1.1 Para inclusão de novos bens à cesta, o CONTRATANTE:

a) definirá o bem com elaboração da sua especificação técnica;

b) realizará pesquisa de preços de mercado nos mesmos moldes da pesquisa que definiu os preços dos bens constantes na cesta.



c) encaminhará à CONTRATADA, por intermédio de ofício, via e-mail, o qual conterá os documentos decorrentes das alíneas "a" e "b".

6.1.2 A CONTRATADA terá o prazo de até 15 (dias) dias para avaliar a inclusão do bem à cesta, podendo contestar o preço definido pelo CONTRATANTE ou a não intenção de fornecimento do bem com base em situações de mercado, como, por exemplo, descontinuidade do mesmo.

6.1.3 Para fins de contestação, a CONTRATADA terá de apresentar ampla comprovação documental acerca da inexequibilidade do preço definido pelo CONTRATANTE.

6.1.4 Para fins do disposto no item anterior, serão aceitos orçamentos, notas fiscais ou documentos congêneres que comprovem a prática de mercado com valores superiores aos definidos na cesta, excluída do cálculo a taxa de ajuste.

6.1.5 Caberá ao CONTRATANTE refazer a pesquisa de preços ou reavaliar a inclusão do bem.

6.1.6 A partir da aprovação, será concedido o prazo de até 15 (quinze) dias para disponibilização do bem na prateleira do sistema informatizado web e, de imediato, iniciar o fornecimento.

6.1.7 Para exclusão de bens, o CONTRATANTE deverá apresentar justificativa à CONTRATADA, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para excluí-lo da cesta.

6.1.8 A exclusão de que trata o item anterior ocorrerá a critério do CONTRATANTE, nos casos em que:



a) houver obsolescência de tecnologia do bem por surgimento de um bem tecnologicamente mais avançado e que tenha a mesma finalidade; e/ou

b) tenham baixa adesão em relação ao número de solicitações; e/ou

c) política interna que determine a descontinuidade do bem.

6.1.9 Os bens incluídos ou excluídos da cesta durante a vigência contratual, que não gerem acréscimo ou decréscimo ao valor total estimado previsto por grupo /rubrica, poderão ser incorporados à lista do Anexo I do termo de referência por intermédio de apostilamento.

6.1.10 Os bens incluídos ou excluídos da cesta durante a vigência contratual, que gerem acréscimo ou decréscimo ao valor total estimado previsto por grupo/rubrica, deverão ser incorporados à lista do Anexo I do termo de referência por intermédio de termo aditivo, nos termos da cláusula 14º deste instrumento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PESQUISA DE PREÇOS PARA REALINHAMENTO**

**7.1** A pesquisa de preços dos itens mais relevantes constantes da cesta de bens (a serem definidos pela CONTRATANTE mediante análise dos relatórios de consumo), a fim de averiguar o seu realinhamento aos preços de mercado, deverá ser refeita, ao menos, uma vez ao ano, quando das eventuais prorrogações.

**7.2** Para os fins do item anterior, será utilizada a mesma metodologia para formulação dos preços, dos bens constantes da cesta, informada no item 4.3.13 do termo de referência.



**7.3** Quando identificada uma redução de preço expressiva de algum bem, a CONTRATANTE encaminhará a pesquisa elaborada à CONTRATADA.

**7.4** A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para concordância ou contestação dos preços apurados na pesquisa.

**7.5** Para o caso de contestação, a CONTRATADA deverá apresentar documentos que comprovem a inexecutabilidade do preço definido pela contratante.

**7.6** Para fins do disposto no item 7.5, serão aceitos orçamentos, notas fiscais ou documentos congêneres que comprovem a prática de mercado com valores superiores aos definidos na pesquisa de preços efetuada, excluída do cálculo a taxa de ajuste.

**7.7** A redução de preços de itens constantes na cesta de bens durante a vigência contratual será efetuada em relação aos bens que integram a lista do Anexo I por intermédio de apostilamento, não gerando acréscimos ou decréscimos ao valor total previsto nos grupos /rubricas".

## **CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1** É permitida a subcontratação exclusivamente em relação à contratação de empresas para itens personalizáveis, aos serviços de transporte, frete e entrega dos bens, relacionados à logística de distribuição dos bens.

**8.2** A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela qualidade, pontualidade e conformidade dos serviços prestados pelo subcontratado, bem como pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, respondendo perante o CONTRATANTE por quaisquer falhas, omissões





ou danos decorrentes da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado.

**8.3** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1** Não será exigida garantia contratual, apenas incidindo sobre os bens entregues em decorrência das solicitações realizadas por intermédio do almoxarifado virtual a garantia legal estabelecida na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), de 30 dias para produtos não duráveis e de 90 dias para produtos duráveis.

9.1.1 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA nos prazos estabelecidos no CDC, o CONTRATANTE providenciará, por outros meios, o conserto do bem e cobrará da CONTRATADA o valor correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

**10.1** O documento fiscal deverá ser apresentado mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços, após o recebimento definitivo do serviço.



10.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar duas notas fiscais: uma referente aos bens entregues e outra referente ao serviço prestado.

10.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal consolidada referente aos bens, discriminando a organização de grupos e rubricas constante do Anexo I do termo de referência, espelhando as entregas realizadas e valores totais correspondentes.

10.1.3 A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, mensalmente, as notas fiscais que acompanharam as entregas dos bens adquiridos, com as respectivas quantidades de bens e preços correspondentes, as quais deram origem à nota fiscal consolidada prevista no item 10.1.1.

10.1.4 A nota fiscal referente ao serviço prestado encaminhada mensalmente deverá discriminar o valor correspondente à aplicação da Taxa de Ajuste e da Taxa Fixa, individualmente.

10.1.5 A CONTRATADA deverá garantir que a nota fiscal e impostos estejam de acordo com as exigências fiscais e tributárias vigentes, bem como com as regras de controle interno do CONTRATANTE, permitindo a rastreabilidade e conferência.

10.1.6 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

10.1.7 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail [patrimônio-almox@mprs.mp.br](mailto:patrimônio-almox@mprs.mp.br), aos cuidados de Christian Brod, telefone: (51) 32952090.

10.1.8 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20 /12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.



10.1.9 Não existem documentos a serem remetidos juntamente com a nota fiscal.

**10.2** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

**10.3** Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

**10.4** O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal.

**10.5** O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

**10.6** Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

**10.7** Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

**10.8** Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.



**10.9** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

**10.10** O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO**

**12.1** O reajuste incidirá sobre:

- (a) Valor total estimado da Cesta Inicial de Bens – ANEXO I;
- (b) Valor do tíquete referencial; e
- (c) Taxa fixa para pedidos de valor inferior ao tíquete referencial.

**12.2** A taxa de ajuste não será objeto de reajuste.



**12.3** Os preços dos itens constantes na cesta inicial de bens serão reajustados após o transcurso de 12 meses, com base na variação acumulada do índice IPCA, contados a partir da data do orçamento estimativo que fundamentou a contratação.

**12.4** Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento n.º 104/2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

**12.5** O primeiro ciclo de reajuste dos itens incluídos poderá ocorrer após período superior a 12 (doze) meses, a fim de alcançar o ciclo de reajuste da cesta inicial. A partir de então, os itens incluídos passarão a acompanhar a mesma data-base e índice de reajuste dos demais itens da cesta.

**12.6** Os itens que vierem a ser incluídos durante a vigência contratual, por meio de apostilas devidamente formalizadas, não poderão ser reajustados antes de completarem 12 (doze) meses de inclusão. O reajuste desses itens não será processado de forma isolada, devendo ocorrer conjuntamente com o próximo ciclo de reajuste dos itens iniciais da cesta, observando-se a mesma data-base e o mesmo índice de atualização.

**12.7** O reajuste incide apenas sobre os pedidos iniciados após a ocorrência da anualidade.

**12.8** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**12.9** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**12.10** O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**13.1** Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

**13.2** Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber os bens solicitados e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

c) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

d) fiscalizar a execução do presente contrato;

e) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos bens solicitados, bem como a providência e o prazo para a reparação;



f) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

g) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

### **13.3** Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do termo de referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;



f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) manter representante responsável pela gestão do contrato com o MP/RS, conforme item 4.3.2 do termo de referência;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei n.º 14.133/2021);

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e





incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, letra “d”, da Lei n.º 14.133/2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.



**14.2** Para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro de algum bem da cesta, a CONTRATADA deverá comprovar fato superveniente que ensejou a inexecutabilidade do preço originalmente fixado.

14.2.1 Para fins do disposto no item anterior, serão aceitos orçamentos, notas fiscais ou notícias veiculadas em jornais de grande circulação que comprovem o fato superveniente que deu causa à elevação do preço,

14.2.2 O CONTRATANTE realizará nova pesquisa de preços para fins de verificar a eventual elevação do preço.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**15.1** O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 24 meses.

**15.2** O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**16.1** Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.



**16.2** A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,05% (cinco centésimos) sobre o valor do contrato, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

16.2.1 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

**16.3** Em relação aos casos previstos no item 4.3.4.3 do termo de referência, caso exceder o prazo de 24 horas sem o reestabelecimento total do sistema web sem a devida justificativa, poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,05% por hora de atraso limitado à 12 horas sobre o valor da fatura mensal;

b) advertência;

c) multa compensatória: até 3% sobre o valor total da fatura mensal;

16.3.1 Mesmo com as devidas justificativa aceitas pelo CONTRATANTE, caso não seja cumprido o prazo concedido, conforme previsto no item 4.3.4.4 do termo de referência, poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,05% por hora de atraso limitado à 12 horas sobre o somatório das duas últimas faturas mensais;

b) advertência;



c) multa compensatória: até 3% sobre o somatório das duas últimas faturas mensais;

**16.4** O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**16.5** Além das sanções previstas acima, também serão aplicadas as sanções específicas a seguir enumeradas:

16.5.1 Nos meses em que mais de 5% (cinco por cento) de todos os pedidos atestados forem entregues fora do prazo limite estabelecido, a CONTRATADA poderá incorrer em multa de 3% (três por cento) sobre o valor mensal faturado. O número de entregas fora do prazo considera a soma das entregas dos pedidos originais e pedidos corretivos.

16.5.2 Nos meses em que o número de entregas corretivas — entendidas como aquelas realizadas para corrigir erros em entregas anteriores — superar o limite de 5



(cinco) ocorrências, será aplicada uma multa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor total da fatura mensal.

16.5.3 Para fins de apuração, considera-se entrega corretiva qualquer reposição, substituição ou ajuste de bens previamente entregues de forma inadequada, seja por erro de quantidade, especificação, qualidade ou qualquer outro descumprimento das condições pactuadas.

16.5.4 A penalidade será calculada e aplicada na fatura do mês subsequente àquele em que se verificou o excesso de entregas corretivas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis para garantir o cumprimento adequado das obrigações contratuais.

**16.6** A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

**16.7** As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

**16.8** A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

**16.9** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

**16.10** O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e



seguirá o rito, prazos e disposições da Lei n.º 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento n.º 104/2023-PGJ.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.1.1 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto nas referidas normas com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.1.2 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

17.1.3 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de segurança com dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de aplicação, pela autoridade nacional, de penalidades nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e Resolução ANPD n.º 04 /2023.



17.1.3.1 A comunicação deverá ser enviada para o e-mail: *encarregado@mprs.mp.br*, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora da detecção, data e hora do incidente e sua duração;
- b) quais dados pessoais foram violados;
- c) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número estimado de titulares de dados pessoais afetados;
- d) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;
- e) os riscos relacionados ao incidente;
- f) descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar possíveis danos.

17.1.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO**

**18.1** A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, incisos I e II, da Lei n.º 14.133/2021.



**18.2** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

**18.3** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

**20.2** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.





**20.3** Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**20.4** Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

**20.5** Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

**20.6** Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

**20.7** Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

**20.8** A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**21.1** A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

**21.2** As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento n.º 05/2023-PGJ.

**21.3** Além das atribuições constantes do Provimento n.º 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta do Órgão xx.xx, Recurso xxxx, Projeto xxxxx, NAD X.X.XX.XX, Rubrica XXXX.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **02459.000.504/2025** — Procedimento de Gestão Administrativa

---

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.